



## **LEI N. 8016.**

**Autor: Poder Executivo.**

Define o valor e forma de se processar os pagamentos relativos às obrigações de pequeno valor que alude o artigo 100, § 3.º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15.12.98, que concede prazo para pagamento das obrigações inscritas em precatórios e adota outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte**

### **LEI:**

**Art. 1.º** Fica definido em 30 (trinta) salários mínimos as obrigações de pequeno valor a que alude o artigo 100, § 3.º, da Constituição Federal.

**Art. 2.º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado mediante expedição de Requisição de Pequeno Valor pelo Juízo competente, com a indicação da agência bancária oficial para efetivação do respectivo depósito.

**Art. 3.º** As obrigações já inscritas em precatório e que satisfaçam o disposto no artigo 1.º desta Lei serão pagas no prazo máximo de 1 (um) ano, observada a atual ordem de inscrição.

**Art. 4.º** Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, § 1.º, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.



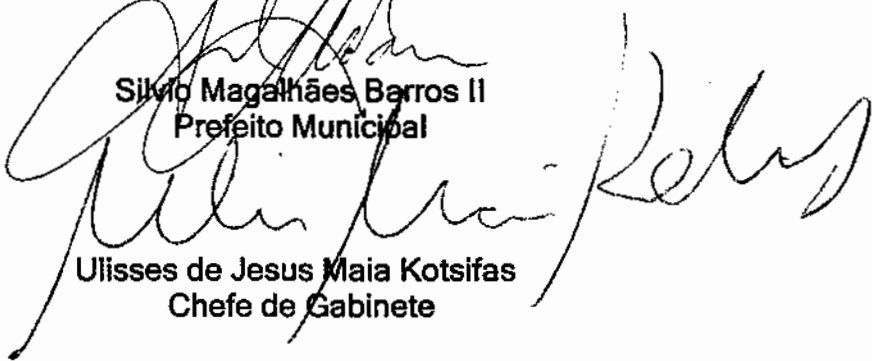
**LEI N. 8016.**

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 5.448/2001.

Paço Municipal Silvio Magalhães Barros, 28 de maio de 2008.

  
Silvío Magalhães Barros II  
Prefeito Municipal

  
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas  
Chefe de Gabinete